

Reação às críticas

EUGÉNIA LOPES E
ILIMAR FRANCO

24 OUT 1998

BRASÍLIA – As medidas de ajuste fiscal, que serão enviadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso na próxima semana, terão que passar por um amplo processo de negociação com os parlamentares. Mas, na avaliação do secretário geral da Presidência, Eduardo Graeff, e do ministro das Reformas Institucionais, Freitas Neto, as medidas serão aprovadas porque as críticas feitas pelos líderes governistas a algumas das propostas de ajuste são precipitadas.

"As reações são pontuais. É preciso esperar pelo conjunto de medidas", disse ontem Graeff, após a solenidade em homenagem ao Dia do Aviador, na Base Aérea de Brasília. "Pode haver críticas daqui ou dali, mas as medidas serão aprovadas porque o ajuste precisa ser feito", argumentou Neto.

Um dos pontos polêmicos das medidas é a criação da alíquota de contribuição sobre as aposentadorias e pensões dos servidores inativos. Esta semana, o líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), afirmou que será muito difícil os parlamentares aprovarem essa contribuição. "A abolição da escravatura também foi

difícil", ironizou Graeff – esquecendo-se de que a abolição levou anos para ser conquistada.

Mais cauteloso, Neto, que é do mesmo partido de Inocêncio, disse que o PFL ainda não tem uma posição formal sobre a criação da contribuição. "O PFL age em conjunto e somente depois de o partido se reunir teremos uma posição", disse o ministro das Reformas Institucionais. Neto preferiu, no entanto, não dar sua opinião sobre a contribuição dos inativos do serviço público. Mas, o ministro defendeu o início imediato das discussões sobre a reforma tributária e fiscal, que deverá ser enviada este ano ao Congresso. "A reforma tributária só será aprovada no ano que vem, mas é bom que comece logo a ser discutida", disse.

As medidas de ajuste fiscal serão divulgadas na terça ou na quarta-feira da semana que vem. Os representantes da área econômica na solenidade em homenagem ao Dia do Aviador preferiram não dar detalhes sobre as medidas. Mas, segundo o secretário de Orçamento do Ministério do Planejamento, Waldemar Giomi, os cortes no orçamento geral da União de 1999 não vão atingir 60% dos recursos destinados a investimentos.